

I N F O R M E CORECON

Órgão Oficial do Conselho Regional de Economia • 1ª Região do Rio de Janeiro • nº 60 • Abril 1994

Crescimento versus desemprego

No ano passado, o PIB brasileiro cresceu quase 5%, mas a oferta de novos postos de trabalho aumentou somente 0,70%. Estamos reeditando a experiência européia dos anos 80, de crescimento sem emprego? O processo de crescimento é auto-sustentado? Como compatibilizar produtividade e geração de empregos? Dois artigos discutem a questão.

Páginas 10 e 11

INSTRUTORES CPD (5) - ambos sexos, 2 anos exp. na função, sólidos em DOS, Windows e Excell.
AUXILIAR IMPORTAÇÃO (5) - ambos os sexos, até 30 anos, 5 anos exp. em contação e emissão guias importação, CACEX. Orientados importadoras ou comissários de despacho aduaneiro.
AUX. CONTABILIDADE (5) - ambos sexos, até 30 anos, 5 anos exp. das pg. e racolar, arquivo e da corrente bancária. Orientado prest. serviços.
AUX. D.R. (3) - moças, até 30 anos, 2 anos exp. toda rotina computadorizada. Morar próx. D. Cav.
ESTAGIARIA TEC. SECRETARIADO (3) - 1 an. exp. em ccs, fax, datil., arquivo, contr. material, etc., 25 anos. Morar próx. Zona Sul.
TEC. ELETRÔNICA (3) - masc., 4 anos exp. em máq. injetoras e superlizes, confecção placas circuito e peq. prototipos eletrônicos, até 40 anos. Morar próx. Bonsucesso. Comparecer munidos de documentos e C.V. à Av. Presidente Vargas, 418 - grupo 501 à 506 - C.

Branco, 185. Centro, sob o nº 24038.

SINDICATO Necessita de:
OPERADOR
Windows, DOS5, CC5

de cadastro, do sexo feminino, com exp. de 2 anos de experiência comprovada em Windows, boa aparência.
SENTAR-SE COM DOCUMENTOS A RUA CREDITINOS, Nº 10/ 11º ANDAR, CENTRO/ RJ, ÀS 9H DA SEGUNDA-FEIRA, NO HORÁRIO DE 07:00 ÀS 09:00 HORAS. TRATAR COM O SR. JAILSON.

Mossoro 43-D Meier, após 09 hs.

RECEPCIONISTA experiência para apart-hotel. Enviar curriculum para portaria O GLOBO sob nº 24025. Av. Rio Branco 185. Centro CEP 20040-007.

RECEPCIONISTA Para centro Médico alto padrão na Zona Sul, exigimos ótima aparência/ escolaridade. Comparacer Rua Humaitá, 380 De 09:00/ 17:00hs.

RECEPCIONISTA Moça, com ótima aparência, para trabalhar em escritório Copacabana. Apresentar-se 2ª feira, Av. Princesa Isabel, 334/ loja Copacabana.

RECEPCIONISTA Empresa em expansão contrata, 1 salário, trazer curriculum com foto. Comparecer 2ª 10/ 16hs. Marechal Floriano, 38/ 405 Centro.

RECEPCIONISTA Com datilografia, horário das 8 às 17 horas. Marcar entrevista com Lúcia. ☎ 589-3401.

RECEPCIONISTA Moça maior, para atendimento e serviço de escritório, com prática, seja desembarçada. Rua do Rezende, 119 loja 15.

RELAÇÕES PÚBLICAS C/ conhecimento em comércio exterior. Boa aparência, noção de inglês. Enviar proposta c/ curriculum e foto p/ port do Jornal O Globo. Av. Rio Branco, 185. Centro- RJ, sob o nº 24049.

SECRETARIA Ag. Propaganda. Ótima aparência. Excelente datilografia e digitação c/ exper. em Word For Windows, salário combinar. Comparecer c/ curriculum 2ª - Praia de Botafogo, 518/ 9º andar de 10:00 às 15:00hs c/ Márcia.

SECRETARIA empresa comércio exterior, inglês, ótima apresentação, dinâmica, organizada, 20/ 30 anos, curriculum pretensão salarial. Rio Branco 156/ 1225 CEP 20043-900.

SECRETARIAS Está na hora decidir sua vida faça o mais completo e atualizado curso de treinamento e aperfeiçoamento de secretária executiva início 07/05 Tel. 232-9316 possibilidade de colocação.

SECRETARIA 2º grau, boa aparência, datilografia, fluência verbal, salário compatível Comparecer documentos, 2ª, 10hs, Rua 7 Setembro, 81/ 8º andar.

SECRETARIA PRECISA-SE com alguma prática em micro Tratar 2ª feira Rua Visconde de Pirajá, 550 (Ipanema) 4º andar- Administração.

SECRETARIA JUNIOR, Datilografia máquina elétrica/ eletrônica 20/ 40 anos. Podendo viajar. Salário 100URV's + almoço São Conrado Detalhes ☎ 322-5143. Eduardo.

SECRETARIA/ AUX. GERÊNCIA Dinâmica, c/ sólido conhecimento em DP, N. Fiscal, datilografia e micro. Boa aparência, 25 a 36 anos. Tr. Rua do Catete, 160 Loja.

SECRETARIA JOVEM, Boa aparência para serviços gerais escritório imobiliário com experiência digitação em micro residente Copacabana Xavier Silveira 40/ 312.

SECRETARIA/ DATILÓGRAFA Exímia em Word For Windows com noções de Inglês e Espanhol. Comp. Av. Pez de Maio, 33 Bloco B sala

ORÇAMENTISTA

Empresa de Construção
Técnico Orçamentista com experiência comprovada. Enviar curriculum e pretensão salarial para portaria do Globo Av. Rio Branco, 20040-007. Sob o nº 23040.

MUSISOM EMPREENHIMEN

Administração

MOÇA AUXILIAR

Preferência com prática em correspondências. Trabalho pelo

Tei.: 589-3401

HOPE COM RECURSOS

PROGRAMADOR PLEN

2 anos exp., cursando 3º grau em programação, grande porte (IBM) CC.

PROGRAMADOR JUNIOR

, 2º grau completo, exp. 2 anos em programação, grande porte (IBM) COBOL.

TEC. CONTABILIDADE

folha a toda rotina Dpt. Pesq. e Desenv.

ASSISTENTE CONTÁBIL

2º grau completo, Téc. Contábil, Cascadura, Madureira, P. de Bonsucesso.

SUPERVISOR VENDAS

2 anos exp. em vendas, experiência em negociação, noções de inglês.

AUX. D.R.

ambos sexos, até 30 anos, 2 anos exp. em atendimento ao cliente, noções de inglês.

AUX. ESCRITOR

em Administração, experiência em atendimento ao cliente.

TELEFONISTA

em mesa SATURADA, experiência em atendimento ao cliente.

MANIPULADORA

em laboratório, experiência em atendimento ao cliente.

Av. Presidente Vargas, nº 590 grupo 1.113 - Centro.

ASSISTENTE CONTÁBIL - Feminino, 2º grau Técnico, 2 anos de exp. em conciliação bancária/plano de contas/débito/crédito, 20/35 anos, para Caxias.

PROGRAMADOR (A) - 3 anos de experiência em programação estruturada, 2º grau, CLIPPER/DBASE III/MS/PASCAL/COBOL, 25 a 35 anos.

CARREGADO DE COMPRAS - 2º grau completo, experiência de 5 anos em indústria de couro, para trabalhar em fábrica, até 35 anos, com C.V. - Sal. A/C + benef.

D.P. - 2º grau completo, exp. toda rotina folha de pagamento, até 30 anos, c/ C.V. - Sal. + benef.

VEDOR - Superior ou cursando, exp. 2 anos em serviços de transporte de carga aérea, c/ carro, c/ C.V. - Bom salário + comissão + benef.

Secretaria Executiva Bilingue em português fluente, idade de 35 a 45 anos. Experiência em comércio exterior, excelente aparência e apresentação. Dinâmica, excelente aparência e apresentação. Receber com "Curriculum Vitae" à Rua México, 21 gr. 1002 - Centro.

SECRETARIA

com experiência em Administração, datilografia máquina elétrica, capaz de lidar com público.

com pretensão salarial compatível. Enviar curriculum para portaria do Globo. Av. Rio Branco, 20040-007. Sob o nº 23040.

SECRETARIA COMERCIAL

que organize eventos culturais (DIVERSAS), seja capaz de preparar p/ novos Deptos. de vendas, tenha bom conhecimento social, habilidade em negociação, experiência em atendimento ao cliente, prêmios e benef.

ZOPÉ

Seminário: o papel dos investidores institucionais na retomada do crescimento econômico.

Página 6

A inflação em Reais: um cenário iminente

Página 8

Os últimos acordos da dívida externa

Páginas 4 e 5

O conflito distributivo brasileiro é permanente e abrange todos os níveis da sociedade e do Estado. Com efeito, a suposta política neoliberal de governos recentes não contribuiu em nada para reformar o Estado e muito menos para minorar a dispersão dos rendimentos de trabalho.

A prática de liberdade irrestrita de concorrência como mecanismo de eficiência, a privatização desordenada, o desmonte de empresas estratégicas e dos sistemas de infraestrutura que abrangem todo o território nacional estão minando nossas possibilidades de competitividade futura e agravando o desemprego. Esta constatação da professora Maria da Conceição Tavares se evidencia nos dados recentes sobre o nível de emprego no país. Os indicadores apontam para um decréscimo significativo do emprego industrial nos primeiros meses de 94. O Informe traz uma análise da grave situação do emprego no País.

A complexidade desta questão levou ainda às entidades dos economistas a organizarem um seminário reunindo um amplo leque de especialis-

tas, a fim de sugerir propostas de políticas de emprego que contribuam para melhorar o quadro crítico nacional. Paralelamente, será realizado em 1º de junho, um outro seminário abordando a problemática do emprego no Rio de Janeiro.

Dois outros pontos analisados, referem-se à fase do Plano de Estabilização e ao acordo de renegociação da dívida externa. Os economistas ouvidos pelo Informe ressaltaram as perdas salariais e mostram-se preocupados com a introdução da nova moeda, durante o ano eleitoral, sem que a segunda fase do programa esteja cumprida. A análise desta fase do Plano evidencia as dificuldades que acompanham o novo quadro. Segundo esses economistas, corre-se o risco de inflação na moeda, agravando a recessão.

O Conselho reuniu, também, em recente seminário na Bolsa de Valores-RJ, especialistas preocupados com a questão da Previdência. Para eles, o Plano parece exigir políticas complementares. Entre estas, certamente se encontra a reforma previdenciária e o fortalecimento de instituições voltadas para o investimento de longo prazo.

ERRATA

TESES - UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE

Título: "Evolução do Setor Elétrico Brasileiro no Contexto das Rupturas dos Paradigmas Tecno-Econômicos do Pós-Guerra aos Anos Recentes".
Autor: José Cláudio Linhares Pires.

Título: O Regime de Alta Inflação e as Lições do Plano Keynes para um Projeto de Estabilização de uma Economia Monetária".
Autor: João de Deus Sicsú Siqueira

Emprego: Políticas Macroeconômicas e Iniciativas Locais

A complexidade da questão emprego no Brasil torna-se a cada dia maior. Já é de longa data o debate em torno da incapacidade do mercado formal absorver mão-de-obra. Recentemente, acrescentamos novos temas a essa discussão como a terceirização, a flexibilidade e a necessidade de redução da jornada de trabalho para que todos tenham emprego. O presente seminário visa aproveitar o momento pré-eleitoral, reunindo especialistas para que se possa divulgar propostas como as de requalificação da mão-de-obra, as relativas à regulamentação e desregulamentação do mercado de trabalho, bem como ao projeto de renda mínima. Além disso, serão apresentadas experiências de iniciativas locais quanto à geração de emprego e renda.

PROGRAMAÇÃO

Dia 25 de maio
14:00 às 16:30h

MESA 1: Diagnóstico Preliminar
Coord: Carlos Lessa (CORECON/RJ)
• "Evolução Recente do Mercado de Trabalho no Brasil"
Jane Souto (IBGE)
• "Quadro Internacional: Flexibilidade e Reestruturação"
Carlos Alberto Ramos (UNB)
• "Setor Formal e Informal no Brasil"
André Urani (IPEA/RJ)
• "Qualificação do Trabalho e Educação"
Cláudio Salm (IEI/UFRJ)

MESA 2: Políticas Macroeconômicas e de Mercado de Trabalho
Coord: Paulo Gonzaga H. de Carvalho (ABET)
• "Propostas de Emprego entre 1981/83 e a Situação Atual"
Henri Acselrad (IPPUR/UFRJ)

- "Emprego na Agro-indústria do Açúcar e do Alcool"
José Roberto Novaes (FEA-UFRJ)
- "Automação e Emprego no Brasil"
Luis Paulo Bresciani (DIEESE)
- "Políticas de Mercado de Trabalho"
Edward Amadeo (PUC/RJ)

Dia 26 de maio
14:00 às 16:30h

MESA 3: Quadro Institucional e Seguridade Social
Coord: Luiz Antonio Cruz Caruso (IERJ)
• "Regulamentação x Desregulamentação do Mercado de Trabalho"
Carlos Alberto Medeiros (IEI/UFRJ)
• "Projeto de Renda Mínima"
Antonio Maria da Silveira (FGV/RJ)
• "Seguro Desemprego"
José Paulo Chaad (FIPE/SP)
• "Previdência Social"
Hélio Portocarrero (CORECON/RJ)

18:00 às 20:30h

MESA 4: INICIATIVAS LOCAIS
Coord: Clarice Melamed (FASE Nacional)
• "Experiências de Produção no Campo"
Maria Emília Lisboa Pacheco (FASE/Nacional)
• "Projetos de Geração de Renda"
Caio Márcio da Silveira (NAPP)
• "A Dimensão do Emprego na Ação da Cidadania"
Fernanda Carvalho (IBASE)
• "A Experiência das Prefeituras"
Franklin Coelho (UFF)

Organização: ABET, FASE, IERJ

Promoção: CORECON/RJ e SINDECON/RJ

Local: CORECON/RJ - IERJ
Av. Rio Branco, 109 - 19º andar
Tel. (021) 224-0578

SEMINÁRIO

O CORECON realiza no dia 1º de junho, no auditório João Teóthônio, das 14:00 às 18:00 horas, o seminário "Política para a Criação de Empregos no Rio de Janeiro". Estão confirmadas a participação do presidente do CORECON, Hélio Portocarrero; o presidente da Associação Comercial, Humberto Mota; o diretor do Plano Estratégico do Rio de Janeiro, Carlos Lessa; o presidente do Estaleiro Mauá, Hélio Paulo Ferraz; a professora da UFF, Ildete Pereira; o ex-presidente do Sindicato dos Bancários-RJ, Fernando Amaral e o presidente da Embratel, Renato Acher. O objetivo do encontro é, não só traçar um perfil das condições de trabalho no Estado do Rio de Janeiro, mas também de apresentar propostas que levem a geração de empregos no Estado do Rio de Janeiro. O auditório João Teóthônio fica na Faculdade Cândido Mendes, Centro, Rua da Assembléia nº 10.

CORECON

Conselho Regional de Economia do Rio de Janeiro
Av. Rio Branco 109 - 19º andar - Rio de Janeiro - RJ - Cep 20054
Tel. (021) 224-0578 - Fax (021) 221-0958

Presidente: Hélio Oliveira Portocarrero de Castro

Vice-Presidente: Luiz Antonio Rodrigues Elias
Conselheiros Efetivos: Hélio Oliveira Portocarrero de Castro, Luiz Antônio Rodrigues Elias, Adhemar dos Santos Mineiro, Carlos Francisco T. M. R. Lessa, José Roberto Correia Soeiro, Maria José Cyhlar Monteiro, Maurício Buzanovsky, Sidney Pascouto da Rocha

Conselheiros Suplentes: Alexandre Baptista Freire, Carlos Aguiar de Medeiros, Eduardo Luiz de

Mendonça, Luiz Carlos Pires de Araújo, Paulo Sérgio Souto, Renato Augusto da Matta, Renato Luiz Mello de Oliveira, Ronaldo Raemy Rangel, Sandra Maria Carvalho de Souza
Secretaria Executiva: Duvit Regis Kirschbaum
Secretaria de Fiscalização: Luiz Sérgio Ribeiro
Delegacia Regional de Campos: Denise Cunha Tavares Terra - Av. Dom Bosco, 49
Tel. (0247) 23-833
Biblioteca Edinardo Pires: bibliotecária Ângela Peixoto

INFORME CORECON
Órgão Oficial do Conselho Regional de Economia do Rio de Janeiro

Diretor Responsável: Luiz Antonio Rodrigues Elias
Conselho Editorial: Luiz Antonio Rodrigues Elias, Adhemar Mineiro, Ronaldo Raemy Rangel, Renato Luiz Mello de Oliveira, Ricardo Bielshowsky, José Márcio Camargo, Márcio Henrique Monteiro de Castro, Marcelino José Jorge, José Clemente de Oliveira
Coordenação e Edição: Frilas Serviços Jornalísticos Ltda. - Tel (021) 262-2832 - Tel/Fax (021) 262-7076
Editora e Jornalista Responsável: Deolinda Saraiva (MT-14109)
Editora Assistente: Malu Machado

Reportagens: Malu Machado
Fotografias: Wânia Corredo
Ilustrações: Zope
Edição Eletrônica: Kátia Regina Fonseca
Tel (021) 222-7367
Fotolito e Impressão: Tipológica Comunicação Integrada - Tel (021) 224-1366
Tiragem: 20.000 exemplares
Periodicidade: Mensal. As matérias assinadas por colaboradores não refletem, necessariamente, a posição do CORECON/RJ. É permitida a reprodução total ou parcial dos artigos desta edição, desde que citada a fonte.

Homenagem ao mestre

Lenin, a família e a dualidade básica

Dando continuidade às homenagens a Ignacio Rangel, que faleceu em março, aos 80 anos, o CORECON, IERJ e SINDECON

promoveram um encontro no Fórum de Ciência e Cultura da UFRJ com o intuito de relembrar a vida e o trabalho do economista. Presentes, além de Domar Campos, que falou sobre a vida de Rangel, o professor José Márcio Rego, da PUC-SP, e a professora Maria da Conceição Tavares, relatando o pensamento econômico e a sua contribuição à economia brasileira, respectivamente. Também compareceram ao evento alguns dos parentes de Rangel, entre eles sua mulher, Alette Martins Rangel. Houve ainda uma exposição com os livros publicados do professor, artigos e teses.

Praticamente todo o trabalho de Ignacio Rangel, segundo destacou José Márcio Rego, envolveu a preocupação com a dualidade básica. Seu método de análise da economia brasileira sempre se deu pelo materialismo histórico e pela dialética. Era um marxista, mas com absoluta liberdade para misturar as duas correntes. "Rangel pregava que não seria necessário apenas analisar a realidade econômica com o processo histórico, mas também entender a ciência econômica como histórica, por excelência", disse o professor, durante sua explanação.

O economista Domar Campos recordou fatos curiosos da vida do professor, entre eles a época em que os israelenses e os árabes fizeram a famosa Guerra dos Seis dias. "Ninguém sabia quanto tempo ela iria durar. Mas Ignacio Rangel, sim. Era o sexto dia de luta. Ele lia o noticiário internacional e falou: Isso não passa

de hoje. E não passou mesmo".

Pode-se dizer que foi uma coincidência. E a vida de Rangel sempre pareceu, para seus amigos, rodeada de fantásticas coincidências. Como a sua análise da Crise do Golfo Pérsico, em 1980, em que ele sustentou a tese de que haveria um golpe de estado no Afeganistão, sucedido por um governo favorável ao então governo soviético. "De maneira que os americanos veriam que não estavam sozinhos no mundo", dizia. O que de fato ocorreu.

Para Domar Campos, falar de Rangel é falar de seu caráter, destacando suas realizações na economia

brasileira e na sua luta política. "Guardi dele a sua lealdade a princípios aos quais em quanto viveu não fez nenhum tipo de concessão. Um deles foi o socialismo". Segundo ele, Rangel tinha um espírito em constante criação. Por isso, preferia não falar muito do que estava fazendo, já que estava sempre à frente de seu tempo nos pensamentos econômicos.

Considerando-se um discípulo de Karl Marx e com enorme

admiração por Lenin e Aristóteles, com um gosto especial pela pesquisa, maranhense, Rangel tinha no país uma meta a ser conquistada. "Era um patriota a ser descoberto pela ciência que ele estudava: a economia". Tido pelos amigos como um otimista de carteirinha, sempre acreditou no Brasil como um país viável.

"Rangel era um estudioso do processo imperialista de todos os tempos e confiava que o Brasil iria livrar-se deste mal. Imperialismo este que lhe doía na carne", ressaltou Campos. "Na vida de Ignacio Rangel estiveram presentes o socialismo, o amor à pesquisa, a paixão pelo seu país e por sua família. Em tudo o que fazia ou citava, ele encontrava uma

maneira de incluir a família. exercia uma preferência pelas coisas do coração e unia o trabalho e a vida pessoal de uma maneira sentimental".

"Rangel era, ainda, um crítico simpático, sempre questionando o que lhe falavam. Por mais banal que fossem as considerações que lhe fizessem, ele não deixava sem resposta. E, com a mesma veemência que contestava as afirmações que ouvia, também vangloriava aqueles com quem concordava. Rangel era um economista, um político, um sociólogo, um geólogo e um profeta".

Com uma lembrança muito carinhosa de Rangel, a professora Maria da Conceição Tavares contou que, quando jovens, ela, Carlos Lessa e Antônio Barros de Castro costumavam escolher mitos da economia brasileira de quem pudessem seguir os passos: "Castro queria ser um Sérgio Buarque de Holanda, Lessa, um Celso Furtado, e eu, dizia brincando, gostaria de ser um Ignacio Rangel de saias. Sempre polêmico e sempre acertando em suas aparentemente absurdas reflexões".

O primeiro contato de Conceição e Ignacio Rangel se deu em 1958, no departamento de economia do BNDES, no qual a professora estava fazendo um trabalho especial como matemática. "Fiz uma estimativa sobre uma curva de Pareto sobre a distribuição de renda no Brasil. Verifiquei, com espanto, que já era uma droga. E, como não entendia nada, e Ignacio era o mestre de todos no departamento econômico e eu uma novata, fui perguntar a ele como era possível que, em pleno desenvolvimento brasileiro, desse aquela droga. E ele disse: Você não leu a minha Dualidade Básica. E eu fui ler".

"Líe, ao longo dos anos, tivemos

diversas discussões sobre as quais, pouco antes de ele morrer, concluímos que agora estávamos no cotovelo da história mundial e nacional e que não era certo que a dualidade básica passasse para outros estágios, como ele defendia em seu trabalho".

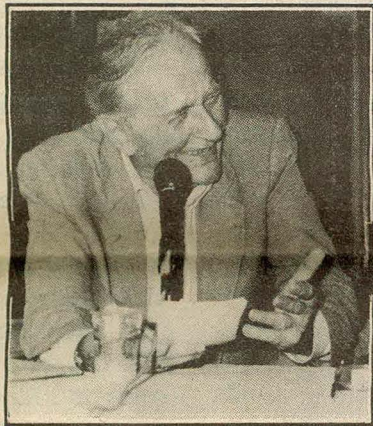
Em 1960, Conceição lembra que havia uma controvérsia da esquerda sobre a reforma agrária. Rangel, que tinha lutado contra o latifúndio no Maranhão, teve a coragem intelectual de dizer que ele estava mais de acordo com Caio Prado, prevendo complicações por já haver um assalariamento no sul. Além disso, o

mestre não concordava com o argumento da Cepal (Comissão Econômica para o Desenvolvimento da América Latina) de que havia rigidez de alimentos, por causa da estrutura agrária. "Isso era um escândalo. Posteriormente, eu, Delfim Neto, Pastore e outros economistas verificamos que ele tinha toda razão".

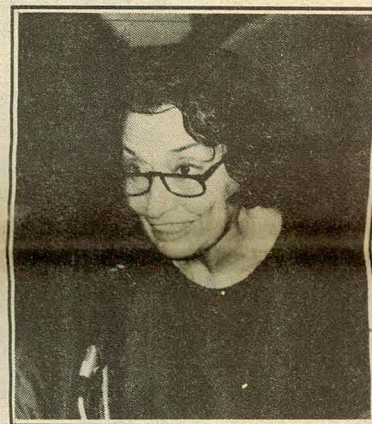
Rangel enfrentou a esquerda nordestina, dizendo que a reforma agrária não seria capaz de impedir o capitalis-

mo, devido à natureza da dualidade, e que ainda não era hora de se enfrentar o latifúndio. "E mais uma vez o tempo mostrou que ele estava certo, quando tivemos Miguel Arraes e Jader Andrade".

Para Conceição, Ignacio Rangel partiu otimista, não ser com o declínio da União Soviética. "O campo que ruiu no espaço geopolítico entre a Europa Ocidental e Ásia fez com que Ignacio morresse com muitas dúvidas sobre a esfera mundial. Como nós ainda não desfizemos a nossa dualidade básica, não estamos andando com as próprias pernas, nem reagindo contra a desordem mundial. Ignacio se foi preocupado com o Brasil".



"Rangel era um economista, um político, um sociólogo, um geólogo e um profeta"
Domar Campos



"Gostaria de ser um Rangel de saias. Sempre polêmico e acertando em suas absurdas reflexões"
Maria da Conceição Tavares

O "Plano Brady" brasileiro: principais implicações

Rogério Sobreira Bezerra*

No dia 15 de abril do corrente ano, o Brasil assinou um celebrado acordo de renegociação da dívida externa, tido como o último capítulo de uma novela que já dura doze anos. As razões da festa, segundo a imprensa, dizem respeito à economia resultante em termos do estoque da dívida, bem como a uma melhoria nas condições de pagamento. O presente artigo procura avaliar quais os benefícios trazidos pelo acordo e se, de fato, o país ficará em melhores condições para fazer frente aos pagamentos de juros e amortização.

O ACORDO

O objeto da negociação concluída no dia 15 de abril foi a dívida registrada com os bancos credores estrangeiros. O total renegociado foi de US\$ 32,5 bilhões, tendo ficado de fora o estoque referente à dívida com os bancos brasileiros, o dinheiro novo do acordo de 1988 e os juros atrasados do período de 1991 a 1994. Esse montante de dívida velha foi trocado por bônus de dívida nova segundo um menu de cinco títulos diferentes. São eles:

a) TIRB (Bônus de Capitalização)

Este título tem prazo de 20 anos, sendo 10 de carência. A taxa de juros envolvida segue o esquema abaixo:

- 4% nos anos 1 e 2;
- 4,5% nos anos 3 e 4;
- 5% nos anos 5 e 6;

Capitalização da diferença de juros até o sexto ano e 8% depois do ano 6.

Este título, também, não sofre nenhum deságio por ocasião da conversão, bem como não exige nenhuma garantia, seja do principal ou dos juros;

b) FLIRB (Bônus com Redução dos Juros)

Título com prazo de 15 anos e carência de 9, sem deságio. O esquema de taxa de juros é semelhante ao

TIRB, exceto que, a partir do sétimo ano, passa a vigorar a LIBOR mais 0,8125%. Diferentemente do bônus de capitalização, exige uma garantia de juros de 12 meses;

c) Par Bond (Bônus ao Par)

Oferecidos em troca da dívida velha, sem desconto, por um prazo de trinta anos, sem carência, com amortização do principal no fim do período. As taxas de juros cobradas são fixas, sem spread, obedecendo o seguinte cronograma:

- 4% no primeiro ano;
- 4,25% no segundo ano;
- 5% no terceiro ano;
- 5,25% no quarto ano;
- 5,5% no quinto ano;
- 5,75% no sexto ano;
- 6% nos anos 7 a 30.

No caso deste título, exige-se uma garantia sobre o principal mais 12 meses de garantia sobre os juros;

d) Discount Bond (Bônus de Desconto)

Neste título reside toda a economia obtida com o acordo de renegociação da dívida, uma vez que a troca da dívida velha por *discount bonds* sofrerá um deságio de 35%. A taxa de juros cobrada, em contrapartida, é variável (LIBOR) com um *spread* de 0,8125%, havendo uma garantia sobre o principal mais doze meses de garantia sobre os juros. O seu prazo de pagamento é de 30 anos, sem carência, também com amortização do principal no final do período;

e) Debt Conversion Bond (Bônus de Conversão)

Implicam a entrada de US\$ 1 de recursos líquidos para cada US\$ 5,5 convertidos ao par, com juros de mercado (LIBOR) mais um *spread* de 0,875%. O prazo destes títulos é de 18 anos, sendo 10 de carência.

Com base nesse menu, a dívida renegociada ficou assim distribuída, já levando-se em consideração o deságio de 35% sobre os *discount bonds*:

Título	US\$ milhões	Partic. no Total
Par Bond	10,500	32%
Disc. Bond	7,310	35%
FLIRB	1,740	5%
DCB	1,940	6%
TIRB	7,060	22%
TOTAL	28,550	100%

Deve-se mencionar, adicionalmente, que o acordo exigiu um volume de US\$ 3,88 bilhões como garantia, sendo US\$ 2,74 bilhões de garantia do principal e US\$ 1,14 bilhão de garantia dos juros. O volume referente à garantia do principal é convertido em bônus de *coupon zero* (*Zero Coupon Bond*), emitidos pelo Tesouro americano, de modo que o principal mais os juros capitalizados igualem todo o principal da dívida alocada em bônus ao par e de desconto. Do total das garantias, US\$ 2,5 bilhões, correspondente à garantia do principal devida na assinatura do acordo, resultou da transferência de reservas do país, havendo um aporte de dinheiro novo da ordem de US\$ 353 milhões, quase suficiente para cobrir as garantias de juros. O que falta para completar o volume devido de garantias (US\$ 1,027 bilhão), o país espera obter de organismos multilaterais (BIRD/BID, FMI).

PRINCIPAIS IMPLICAÇÕES

Com base nos termos do acordo acima apresentados, é possível se tirar algumas conclusões a respeito do "alívio" representado pela renegociação da dívida com os bancos credores. Em primeiro lugar, deve-se mencionar que a maior parte da dívida - que hoje é da ordem de US\$ 134 bilhões - ficou fora do acordo. O serviço dessa dívida atinge um montante equivalente ao da dívida renegociada, representando, desta forma, um pesado ônus que o país ainda tem de atender.

No que diz respeito à dívida afetada com a renegociação, deve-se ressaltar que o pagamento de juros e amortizações corresponde, em média, a 0,6% do PIB, admitindo-se uma taxa de crescimento do PIB de 4,5% ao ano, a LIBOR média igual a 7,8% e a manutenção das atuais condições de empréstimo dos organismos internacionais (BIRD/BID e FMI). É certo que, nesse cenário, até o ano de 2003 haveria um certo alívio nos compromissos devidos, quando, então, ocorreria uma concentração das amortizações dos vários instrumentos financeiros utilizados. Como a maior parte da dívida renegociada (62%) está sob a forma de bônus com taxa de juros variável, qualquer oscilação do mercado internacional pode reverter o quadro favorável obtido com essa renegociação.

O Plano Brady traz para o Brasil, como trouxe para os demais credores que implementaram acordos semelhantes, um pequeno alívio sobre o serviço de sua dívida, sendo mais importante a redução do risco de inadimplência, dado que a dívida passa a ter uma estrutura securitizada não sujeita a reescalamentos. Como resultado, deverá haver uma redução do "risco Brasil" no mercado internacional. No entanto, enquanto não se alcançar a estabilidade econômica, não haverá ingresso sustentado de capitais internacionais de médio e longo prazos no país.

* Das Faculdades Integradas Cândido Mendes - Ipanema e do GIEPE (Grupo Interdisciplinar de Estudos Políticos e Econômicos das Faculdades Cândido Mendes).

Dívida Externa: Espada de Dâmocles

Reinaldo Gonçalves*

A negociação da dívida externa do Brasil junto aos bancos estrangeiros e brasileiros seguiu o modelo do chamado Plano Brady, que introduziu aperfeiçoamentos importantes nos processos recentes de renegociação da dívida externa dos países em desenvolvimento. Não obstante, a atual situação de endividamento externo desses países (incluindo o Brasil) é, no mínimo, preocupante. Do ponto de vista destes países há, pelo menos, três problemas importantes.

O primeiro é a redução do grau de liberdade na política econômica externa, tendo em vista a substituição de credores privados por credores oficiais. O Plano Brady trata somente da dívida junto aos bancos comerciais. O problema é que os credores oficiais têm o estatuto de credores privilegiados, o que, *inter alia*, supõe a não-ocorrência de moratória ou mesmo de atrasos no pagamento do serviço da dívida. Ademais, negociações no âmbito do Clube de Paris colocam, de um lado, o conjunto de países desenvolvidos credores - operando através de consenso -, e do outro, o país devedor pobre (duplamente "pobre", seja devido ao reduzido nível de desenvolvimento, seja pelo insignificante poder de barganha). No caso do Brasil, a dívida renegociada foi de US\$ 49 bilhões, e estima-se que cerca de 40% da dívida externa (registrada) de médio e longo prazo foi feita junto a entidades internacionais, agências governamentais e instituições não-financeiras.

Em segundo lugar, a nova estratégia de reescalamento da dívida junto aos bancos comerciais - Plano Brady - não necessariamente envolve uma redução significativa do serviço da dívida externa dos países em desenvolvimento. Estima-se, por exemplo, que no caso considerado "bem sucedido" do México a redução de pagamento do serviço da dívida externa seria da ordem de 25% no período 1990-94. Este argumento faz ainda mais sentido quando se considera que o próprio mercado financeiro internacional negocia títulos da dívida de países em desenvolvimento com dificuldades de paga-

mento da dívida externa com deságios bem superiores à redução obtida nos acordos recentes.

No caso brasileiro, ainda não foi possível se fazer uma estimativa mais precisa a respeito do impacto da negociação sobre a redução do estoque da dívida e do serviço da dívida externa. Segundo estimativas preliminares do Banco Central divulgadas pela imprensa o valor atual desta redução seria de US\$ 4 bilhões para os juros futuros e US\$ 3.9 bilhões no

pagam taxa de juros de mercado, os países continuam vulneráveis frente às oscilações das taxas de juros internacionais. No caso da negociação brasileira, cerca de 65% dos valores dos novos títulos têm taxa variável (Libor). Atualmente, pode-se argumentar que a questão do endividamento externo dos países em desenvolvimento somente torna-se uma questão aparentemente secundária na arena internacional porque não houve eclosão de crises impor-

naquela ocasião!), mas aos níveis do final dos anos 80, é bem provável que haja um novo ciclo de crise no serviço da dívida externa dos países em desenvolvimento.

Deve ser ressaltado que as previsões são de que as taxas internacionais de juro que incidem sobre a dívida externa dos países em desenvolvimento aumentem nos próximos anos. O FMI, por exemplo, trabalha com a projeção de taxa Libor para depósitos em US\$ para seis meses de 5.3% em 1994, bastante superior às taxas de 1992 (3.9%) e de 1993 (3.8%) (IMF *World Economic Outlook*, May 1993, *op. cit.* p. 10). Em abril de 1994 a Libor já estava em 4.5% a.a.

Só que nesta situação, tendo em vista agora a importância dos credores oficiais, os alicerces do sistema monetário e financeiro internacional serão abalados, mais uma vez. De qualquer forma, permanece sobre os países em desenvolvimento a espada de Dâmocles do endividamento externo.

Não é por outra razão que os ministros de Economia dos países em desenvolvimento, agrupados no chamado Grupo 24 emitiram um comunicado após uma reunião sobre questões monetárias internacionais em 19 de setembro de 1992 em Washington, quando da reunião conjunta FMI-Banco Mundial. Segundo os ministros, "o progresso recente relativo a atual estratégia da dívida externa é bem vindo, mas há uma preocupação de que o problema da dívida dos países em desenvolvimento ainda esteja longe de ser resolvido." (Group of 24 Communiqué, *IMF Survey*, October 26, 1992). Os ministros manifestaram-se pelo cancelamento substancial da dívida e concessão de novos empréstimos.

Em síntese, a recente negociação brasileira seguiu o receituário criado pelo Tesouro norte-americano e que tem balizado as negociações das dívidas de países em desenvolvimento. Neste sentido, a espada de Dâmocles do endividamento externo é um fenômeno que vai continuar afetando significativamente os destinos do Brasil no futuro.

* Professor Titular de Economia Internacional da UFRJ.



caso do principal (via bônus de desconto). Ainda que em termos absolutos estes valores sejam significativos, o fato a destacar é que em termos relativos eles são relativamente modestos. A redução de estoque de dívida de US\$ 4 bilhões junto aos bancos estrangeiros representa, na realidade, cerca de 5% do estoque da dívida externa brasileira.

E, finalmente, considerando que uma parcela expressiva da dívida é convertida em *discount bonds* que

tantes de pagamento do serviço da dívida. Isto resulta, em grande medida, dos baixos níveis das taxas de juro vigentes no mercado internacional desde o final de 1990. A taxa Libor (seis meses, para US\$) cai de 8.1% em agosto de 1990, para 5.9% em agosto de 1991, 3.6 em agosto de 1992, e 3.4% em agosto de 1993. Certamente, se as taxas de juros voltarem para os níveis, nem tanto do final dos anos 70 (o que seria uma catástrofe generalizada, como foi

A ação dos agentes econômicos na retomada do crescimento brasileiro

O CORECON realizou no mês de abril, no auditório da Bolsa de Valores do Rio, um seminário sobre o papel dos investidores na retomada do crescimento econômico. Com o apoio da Fenaseg, Abamec e Abrasca, o seminário contou com a presença do ex-ministro da Previdência, Raphael de Almeida Magalhães; o diretor de pós-graduação da Fundação Getúlio Vargas-FGV, Sérgio Werlang; o diretor da Associação Nacional dos Bancos de Investidores - ANBID, Florian Bartunek; o diretor da Fenaseg, Nilton Molina; o diretor e presidente interino da Previ - caixa de assistência do Banco do Brasil -, Edson Machado Monteiro; o presidente da Arbi Divisão de Seguros, Henrique Saraiva; e o diretor vice-presidente do Banco Bozano-Simonsen e responsável pela área de mercado de capitais, Geoffrey Langlands.

Durante o evento, conduzido pelo presidente do CORECON, Hélio Portocarrero, ficou clara a preocupação dos palestrantes com a privatização da Previdência Social, como uma maneira de desbastar o Estado de um alto gasto público e ao mesmo tempo promover um crescimento da economia, através de geração de empregos. Todos foram categóricos em afirmar: a Previdência precisa passar por uma reestruturação que envolva as seguradoras e os fundos de pensão.

Hélio Portocarrero abriu o evento lembrando que o Brasil está novamente diante de um plano de estabilização, repetindo a questão enfrentada pelo então ministro Roberto Campos, em 1964. "Ele fez seu plano de estabilização instituindo, ao mesmo tempo, um plano de longo prazo, que permitiu o financiamento de todos os investimentos por maior período da economia brasileira. Foi o modelo dos parafiscais, depois repetido pelo ministro Delfin Neto, e que, me parece, ter se esgotado. Resta saber qual caminho seguir e como os investidores podem influenciar na retomada do crescimento do país", disse ele.

Portocarrero lamentou que a imprensa econômica brasileira não venha destacando a relação entre a reforma previdenciária, o desenvolvimento do sistema financeiro e o crescimento econômico. Comprovando este vínculo, citou o que foi a criação dos fundos de pensão no Brasil para o mercado de ações. "Em 1970, as bolsas de valores davam liquidez a meia dúzia de papéis. Com a necessidade da diversificação de carteiras, a entrada dos fundos acabou por viabilizar as ações de segunda linha, que são um sucesso no mercado atual. Saber o que se pode reestruturar, agora, a fim de melhorar a rentabilidade do mercado nacional é a proposta do seminário".

O ex-ministro da Previdência do

lheres e 20 para homens -, acabam por favorecer estes trabalhadores além do necessário. Assim também acontece com as professoras, que têm na Constituição o direito de se aposentarem aos 25 anos de serviço e em atividades como a de jogador de futebol, que têm uma vida ativa pequena em relação a outras profissões. "Esses últimos deveriam fazer uma Previdência privada e não sobre-carregar o Estado e, em última análise, o resto da sociedade". Para Raphael, quem se aposenta e continua a receber como se estivesse na ativa, prática comum aos servidores de empresas públicas, onera o Estado, que acaba por ter em sua folha de pagamento o dobro de empregados, sendo que metade não produz nada.

O objetivo é dividir o sistema em contas individuais, Previdência básica e reforma constitucional que dê suporte ao novo modelo. "De posse do que defendíamos, fomos aos formadores de opinião para perguntar o que achavam do nosso projeto e ficamos surpresos com a desinformação sobre o que é o sistema de Previdência no Brasil. Isso nos levou a concluir que deve haver, primeiro, uma reforma de baixo para cima que supra este desconhecimento".

A Fenaseg apresentou ao PL uma proposta de desconstitucionalização da Previdência, de maneira que o assunto passasse a ser revisto de acordo com a necessidade da sociedade, a ser apresentada na revisão constitucional. Com o fracasso da reforma, a discussão foi postergada. "Isso não deixa de ser bom, já que, agora, podemos mostrar aos formadores de opinião que o problema da Previdência não é gerencial, mas estrutural".

O problema entre Previdência privada e pública está em fatores como a falta de demanda para a primeira, já que a segunda oferece cobertura quase que total, e com restrições para oferta no setor privado. É o que disse Sérgio Werlang, diretor de pós-graduação da FGV: "Os nossos fundos são altamente regulamentados, e o tratamento fiscal de nossos investimentos é muito precário, em comparação ao cenário mundial". Para mostrar isso, ele mediu o benefício médio concedido em relação à renda per capita do país, descobrindo o tamanho do setor público no sistema de aposentadoria. Nos Estados Unidos, essa relação é de 41%, em um país que tem um estoque de capital nestes investidores institucionais de 50% do PIB. No Chile, esse número cai para 27%. O estoque de capital aí, varia de 120% a 180% do PIB.

No Brasil, 95% são do setor público, contra 5% do estoque de aposentadoria privada para o PIB. São US\$ 23 bilhões em fundos fechados e US\$ 2 bilhões em fundos abertos. "Não vejo como pensar em expansão da economia com um investimento governamental retido na Previdência

"Com a Previdência privada, o Estado acaba tendo o dobro de funcionários em sua folha de pagamento, sendo que metade é de aposentados. Desta metade, muitos recebem o mesmo que um funcionário da ativa. Essa prática se torna uma despesa muito alta e inviabiliza novas contratações"

Raphael de Almeida Magalhães

governo Sarney Raphael de Almeida Magalhães acredita que a viabilização de uma Previdência privada é uma das soluções. Para ele, a Previdência pública não é universal, enquanto que a privada, como existe hoje, também não atinge o objetivo de complementar a Previdência oferecida pelo governo - esta sim, básica. "A grosso modo, os trabalhadores que têm vínculo federativo são excluídos da Previdência oficial. Da mesma maneira, só se integram à Previdência privada aqueles que pertencem a grandes empresas, sejam elas estatais ou não. A diferença entre estatutários e os demais é seletiva e leva a um sistema previdenciário injusto".

Raphael defendeu que alguns benefícios, como a aposentadoria rural - 15 anos de trabalho para mu-

"Dessa maneira, o Estado acabará por não ter como pagar a seus funcionários e muito menos condições para agregar novos contratados. Para proteger a classe trabalhadora brasileira na base é preciso que estas coisas sejam discutidas", argumenta.

O diretor da Fenaseg, Nilton Molina, concordou com Raphael e foi mais longe, ao dizer que o mercado da Previdência complementar tem pressupostos básicos: crescimento da economia, redistribuição de renda e moeda forte. Para isso, é necessária uma reforma de todo sistema previdenciário. Pensando assim, a Fenaseg vem, segundo ele, dando apoio à elaboração de diversos projetos que revejam o quadro da Previdência e que vão ao encontro das mais diversas correntes políticas, agradando de Lula a Roberto Campos.



Seminário na Bolsa de valores discute a privatização da Previdência Social como meio de viabilizar a geração de novos empregos

desta maneira”, disse Werlang, defendendo, ainda, a introdução no país de mecanismos que diminuam os entraves burocráticos para a oferta de Previdência privada, o que seria um primeiro passo até que se reformule a Previdência privada atual. Um deles seria o fim da obrigatoriedade da aquisição de determinados ativos pelos fundos de pensão. “A introdução de tetos de compra para cada título, que somem mais de 100% no total, seria uma garantia de flexibilidade aos administradores dos fundos”.

Outro entrave verificado por Werlang é o tratamento fiscal. Se um indivíduo contribui para um fundo aberto, ele não deduz isso. Da mesma maneira, quem deduz um rendimento real ou rendimento de ganhos de capitais em bolsa é o fundo. “Em muitos países existe uma isenção inicial fiscal, para tornar o fundo atrativo. Quando o indivíduo vai sacar o dinheiro, aí ele paga sua contribuição. Isso me parece o mais justo”.

A liberalização da Previdência é o caminho que o Brasil deve seguir também para Geoffrey Langlands. E, com ela, a liberalização dos fundos de pensão, atualmente os maiores investidores institucionais no cenário internacional, segundo o diretor do Banco Bozano Simonsen. Quanto aos investidores estrangeiros, ressaltou o extraordinário potencial do Brasil para atrair este tipo de agentes

financeiros e criticou a preocupação das autoridades em restringir os investimentos estrangeiros no mercado interno apenas para investidores institucionais.

O governo alega que quer evitar, com isso, possíveis especuladores estrangeiros e, ao mesmo tempo, que essa seria uma forma de impedir evasão de impostos que incidem sobre os investimentos domésticos. Langlands acredita que não há nada mais lógico do que extinguir este imposto ou pelo menos eliminá-lo em investimentos de curto prazo, já que esta não é uma prática comum no exterior e o Estado ganha mais com a vinda dos investimentos estrangeiros. Para Langlands, o fim desta tributação serviria como um atrativo para esses investidores. “A excessiva regulamentação para investidores estrangeiros tem de acabar, assim como tem de acabar certas obrigações legadas aos fundos de pensão, permitindo aos seus dirigentes preservar a liquidez de suas carteiras de ações”.

É com este objetivo que os dirigentes dos fundos estão buscando conseguir, junto ao governo, uma identidade autônoma, firmando-se como agentes financeiros no mercado nacional. “Acreditamos que isto não esteja muito distante, já que o governo recentemente nos ofereceu uma carteira mais atraente do que o antigo OFNT e com a vantagem de

não estarmos mais obrigados a comprar papéis que não queremos”, disse Edson Machado Monteiro, presidente interino da Previ, ao mencionar a prática até agora comum de o governo associar fundos de empresas públicas como sendo públicos e, por isso, sujeitos a acatarem resoluções governamentais, nem sempre atraentes para um investidor privado, como a compra de títulos sem liquidez.

No setor de seguros, Henrique Saraiva, presidente da Arbi Seguradora, demonstrou as dificuldades de crescimento da área, embora seja um mercado de grandes potencialidades, dentro do ideal de uma Previdência privada. “No fim dos anos 80, o setor de seguros começou a desmontar, contribuindo com apenas 1% do PIB, na maior parte das últimas décadas, a ponto de a Fenaseg contratar uma empresa de auditoria para desenvolver um plano setorial”. Os problemas detectados, segundo Saraiva, foram uma irregular distribuição da renda na sociedade, uma má formação cultural e uma excessiva concentração de mercado.

Saraiva não deixou dúvidas de que o setor de seguros torce para a privatização da Previdência, como maneira de aumentar o potencial das seguradoras. No caso de uma mudança no sistema previdenciário, estima-se uma arrecadação, só com

seguro de vida, de US\$ 13 bilhões a US\$ 19 bilhões, dos quais US\$ 2,6 bilhões a US\$ 6 bilhões para as seguradoras, dependendo do cenário macroeconômico. “A geração de reservas do modelo de captação é substancial, podendo chegar ao ano de 2005 com reservas de 30% do PIB. Esta característica torna a privatização, sem nenhuma dúvida, atrativa para a retomada de crescimento do país e a geração de empregos”.

Fechando o quadro de fundos de pensão e seguradoras, Florian Bartunek, diretor da ANBID, defendeu as vantagens do investimento estrangeiro. Administrador de Carteiras de Investimentos Institucionais do banco Pactual, mostrou como seu banco atua na terceirização da gestão de recursos. No Brasil, 10% a 15% dos recursos financeiros são gerenciados por terceiros. No exterior esta prática já está mais difundida, atingindo a média de 50% a 60%.

“Em janeiro deste ano, a bolsa de valores apresentou uma alta de 40%, não tendo isso nada a ver com o desempenho das empresas nacionais e o cenário político-econômico brasileiro. O aumento tem sua origem no fluxo de investimentos estrangeiros no país, nesta época, que demonstra a importância desses investimentos como mais um fator a ser considerado na retomada do nosso crescimento econômico”.

Nova moeda já virá inflacionada

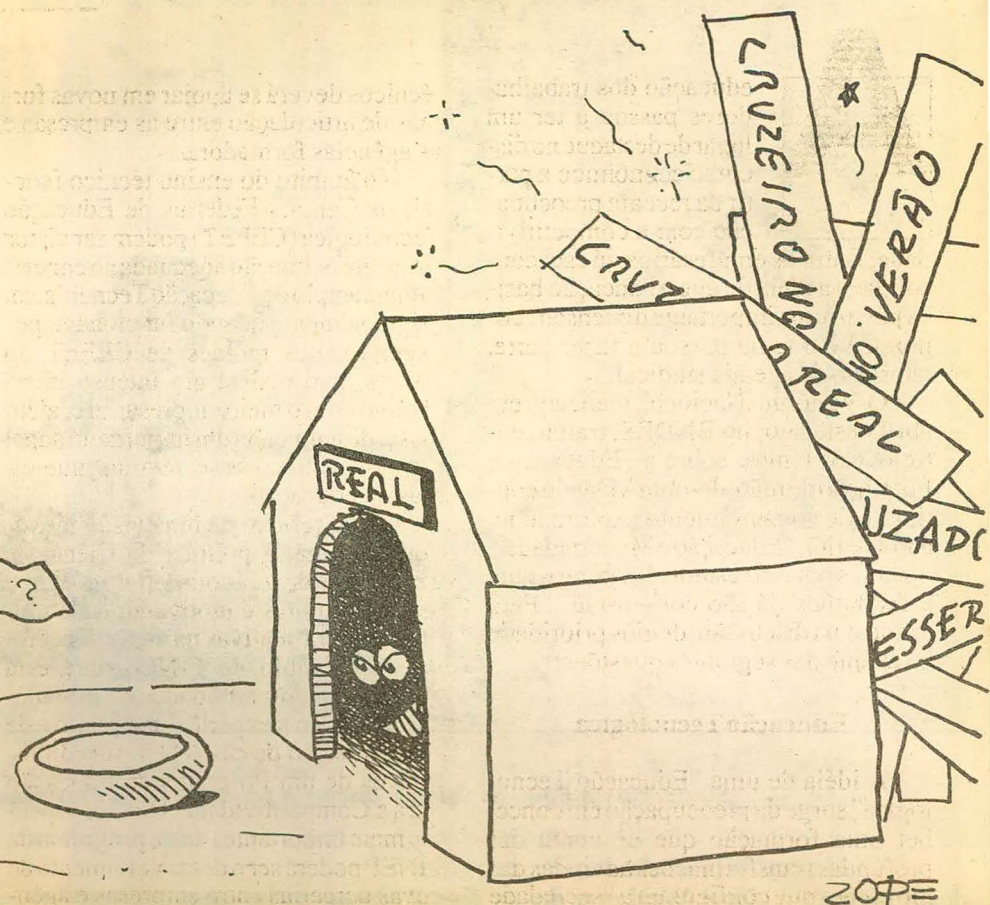
O CORECON perguntou a alguns economistas como eles vêem uma iminente implementação da nova moeda brasileira, o Real, que daria seqüência ao plano do ex-ministro da Economia Fernando Henrique Cardoso. Embora acreditem que tecnicamente o plano está correto, eles fazem ressalvas às perdas salariais que o plano já acarretou até agora e mostram-se preocupados com uma possível urgência política, que pode vir a acontecer para atender aos propósitos de uma ano eleitoral, em detrimento do objetivo central do plano.

Para os economistas consultados, a nova moeda só poderia entrar em circulação quando a segunda fase do programa econômico estivesse cumprida. Ou seja, toda a economia "urvizada", o que levaria, como bem disse o professor Carlos Lessa, à passagem de uma "inércia em movimento" - economia reajustada diariamente em URV - para uma inércia estática - economia sem inflação. A seguir, a opinião de alguns economistas.

José Claudio Ferreira da Silva - IPEA

"O ideal seria esperar até que claramente os preços estivessem alinhados para que houvesse a implementação do Real. A filosofia deste plano é diferente dos demais. Antes, todos os preços subiam igualmente, bastando congelar a economia. A lógica atual é promover o alinhamento dos preços através da URV. No entanto, esperava-se que fossem convertidos os salários, o câmbio e também as tarifas públicas. Com isso, o setor privado teria condições para fazer previamente seus orçamentos em URV. Como as tarifas públicas continuam em cruzeiros reais, as empresas continuam sem previsão orçamentária. O que realmente aconteceu foi um ajuste do cronograma do plano ao calendário eleitoral.

Alguns setores estão marcando seus preços em URV, mas sem ter noção de custos, o que foge à lógica do plano. A equipe econômica que criou o plano sabe que o reajuste fiscal foi fraco e não querem arriscar. Por isso, acredito que a conversão se dê entre os meses de julho a setembro, para que a parte simpática do



plano, ou seja, o momento em que a inflação estiver bem baixa em Real, coincida com a data das eleições - novembro e dezembro. Neste caso, certamente haverá inflação em Real, já que o tempo necessário para o ajuste dos preços não seguirá seu curso normal.

Eduardo Scaletsky - UFRRJ

"A passagem do real deve levar o tempo que for necessário para que a economia se ajuste à URV e o alinhamento dos preços aconteça. Não penso que as tarifas públicas devam ser convertidas imediatamente, tanto por um problema de operacionalidade, quanto pelo alto custo que este reajuste diário iria provocar. Somente se o sistema financeiro adotasse a remuneração em URV, incluindo a movimentação da conta-corrente, é que seria justo o pagamento das tarifas também em URV.

Qualquer tentativa de acelerar a transição para a nova moeda poderá complicar a lógica do plano que, a meu ver, é a do Estado intervir o menos possível na economia. E este é um perigo iminente, pois estamos num ano eleitoral. A intervenção nos salários já foi um pecado da equipe do governo. Por que não deixaram

isto para a livre negociação? Neste ponto, houve uma pressa injustificada. Pode ser que venhamos assistir uma nova pressa, desta vez, uma pressa política. Acredito que a intervenção do governo só deveria ocorrer em relação aos reajustes das mensalidades escolares e dos aluguéis.

A possibilidade de se carregar a inflação em URV para o Real existe. Somente se o governo conseguir que o sistema financeiro absorva as perdas que acontecerão entre os dias cinco e dez e o final do mês anterior à implementação da nova moeda é que a inflação se estancaria (artigo 237). Caso contrário, quem irá arcar com estas perdas será a sociedade, o que levará a uma inflação".

Carlos Lessa - diretor do Plano Estratégico do Rio de Janeiro

"A presunção do plano FHC é que o período da URV possibilitaria uma convergência para um sistema de preços em equilíbrio. De maneira absolutamente formal, com o equilíbrio dos sistemas de preços relativos, poderia se dar a passagem para o Real. Na verdade, seria passar de uma "inércia em movimento" para uma inércia estática.

Estrategicamente imaginaram isso universalizando a indexação, criando condições para a convergência dos preços. A data de instalação do Real, pela lógica da proposta, não poderia ser previamente marcada. Esse período de transição seria mais ou menos longo, dependendo da disposição dos agentes econômicos em convergirem para uma taxa de inflação em cruzeiro real. Quanto mais rápida esta convergência, menor seria uma eventual inflação em URV.

A URV não reflete a inflação instantânea. É construída através de três índices que medem a inflação passada. Ou seja, a indexação em URV, se os preços em cruzeiros reais estiverem acelerando, gera perdedores. Logicamente, os que movem os preços com maior intensidade, são ganhadores. Esse problema está levando a uma relutância na adoção da URV e, em alguns casos, vide indústria automobilística, o reajuste de preços em URVs. Logo, não estão dadas as condições para o plano.

Creio que o anúncio da data deveria, segundo a lógica, ter sido substituído pelo enunciado da condição de passagem. Caso contrário, haverá uma transposição de inflação para o real".

Educação e formação de mão-de-obra

Claudio Balm*
Azúete Fogaça**

A educação dos trabalhadores passou a ter um lugar de destaque no discurso econômico a partir da recente preocupação com a competitividade. Entre os empresários, já está consolidada a idéia de que a educação básica possui uma importante dimensão econômica e o tema passou a fazer parte, também, da agenda sindical.

O VI Fórum Nacional, realizado em abril deste ano, no BNDES, tratou, entre outros temas, sobre a "Educação e Formação de mão-de-obra". Dando continuidade ao pensamento explorado no ano anterior, "Educação e Modernidade", optamos por um resumo dos pontos que, acreditamos, já são consensuais. Para avançar na discussão, demos prioridade ao exame das seguintes questões:

Educação Tecnológica

A idéia de uma "Educação Tecnológica" surge da preocupação em conceber uma formação que dê conta das profundas transformações advindas das inovações que configuram a "sociedade industrial tecnológica". Sabemos o que ela não deve ser, como diz Claudio Moura Castro: "nem decorar Olavo Bilac e nem aprender a fazer balaios". Mas, de acordo com as reflexões já feitas sobre o tema, a educação tecnológica corresponde a uma boa educação básica, que associa ciência, tecnologia e criatividade.

O problema está menos na sua concepção e mais em como levá-la às grandes massas. E, para isso, a única saída é salvar a rede pública de ensino, pois que não existe agência mais indicada para atingir 30 milhões de alunos.

Este fato implica em que não há atalhos, tão ao gosto daqueles que propõem substituir a educação básica pela aprendizagem de um ofício.

No caso específico dos sistemas de Formação Profissional, a adoção desta visão de Educação Tecnológica envolve:

1) O aprofundamento dos conhecimentos técnico-científicos.

2) A alteração da relação tradicional entre conhecimentos teóricos e conhecimentos práticos, que tem privilegiado a prática na oficina, em detrimento da etapa mais "escolar".

3) A adoção de metodologias que desenvolvam o potencial individual (o raciocínio, a intuição, a autonomia e a iniciativa, notadamente para os experimentos), tendo por base, entretanto, a capacidade de cooperação e trabalho em equipe.

A relação entre os sistemas produtivo e educacional, em todos os seus níveis e modalidades, tem sido talvez o ponto mais frágil na questão da qualificação profissional. O atendimento à esperada dinamização da demanda por

técnicos deverá se apoiar em novas formas de articulação entre as empresas e as agências formadoras.

No âmbito do ensino técnico federal, os Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFET) podem ser vistos como aproximação adequada ao conceito mais amplo de Educação Tecnológica, principalmente quando funcionam, por exemplo, nos moldes de CEFET do Paraná, que realiza um intenso intercâmbio com o meio empresarial e, além disso, desempenha um importante papel no apoio técnico às secretarias municipais de educação.

Como reflexo de uma visão inovadora na área, a política de Ciência e Tecnologia deverá comportar ações que sejam indutoras e motivadoras de mudanças significativas na área educacional, a exemplo da FINEP, que está implementando atividades de articulação, de apoio a experiências-piloto e de disseminação de casos bem sucedidos, através de um Programa de Educação para a Competitividade. Um dos aspectos mais importantes deste programa da FINEP poderá ser o desenvolvimento de novas parcerias entre empresas e agências educacionais. Essas parcerias poderão ser realizadas com escolas de educação básica anexas às fábricas, com fundações privadas dedicadas à educação e à formação profissional, mas também, e principalmente, com os sistemas públicos de ensino.

Uma palavra sobre Municipalização do ensino básico: certamente ninguém se opõe, hoje, à idéia da descentralização. O que o município pode fazer, não há porque o estado fazer, e o que este pode fazer, não há porque a União fazer. Exatamente por isso, defendemos que há coisas na educação que ainda devem estar (ou voltar a estar) centralizadas; é o caso da formação de professores. Aqui, a descentralização e privatização definitivamente não deram certo.

As prioridades do Sistema de Formação Profissional

Diante da heterogeneidade da demanda por Formação Profissional, o SENAI deve atender prioritariamente aos segmentos produtivos engajados na modernização tecnológica e organizacional.

Esta opção, aqui chamada de "morro acima", implica na adoção de um novo conceito de Qualificação que não se reduz a uma clientela mais escolarizada, mas abrange uma estrutura que inclui necessariamente, no caso brasileiro, trabalhadores com deficiências de escolaridade formal. Ou seja, dar prioridade às atividades "de ponta" não é justificativa para a supressão da oferta de disciplinas de educação geral, mas um desafio para a pedagogia da Formação Profissional.

O atendimento prioritário às atividades "de ponta" não deve significar o abandono da formação dos trabalhadores qualificados tradicionais que continuarão sendo demandados pela indústria.

Tampouco significa que o SENAI deixe de participar do treinamento nas inúmeras ocupações de menor conteúdo tecnológico que, de uma forma ou de outra, irão sobreviver. A requalificação, agora, terá que vir acompanhada de estratégias de ensino suplementar de 1º e 2º graus.

Quanto às ocupações típicas do setor informal, normalmente associadas às demandas das populações mais pobres, a contribuição do SENAI seria fundamentalmente a de difundir seu "know how" de elaboração de material didático (séries metódicas e material complementar) e de preparação de instrutores, assim como a cessão de eventuais espaços e equipamentos ociosos para cursos de curta duração.

A institucionalidade do Sistema de Formação Profissional

O atual modelo institucional brasileiro (SENAI/SENAC) deve ser preservado por não ter nem exclusivamente escolar, e nem exclusivamente empresarial, no sentido de estar restrito a empresas individuais. Isto lhe garante, em princípio, uma grande flexibilidade de ação e a possibilidade de uma formação ampla, o que a experiência internacional demonstra que não ocorre quando a formação profissional é de exclusiva responsabilidade das empresas.

O sistema de formação profissional deve dar prioridade aos interesses gerais do setor produtivo, inclusive das pequenas e médias empresas de alta tecnologia, deixando os treinamentos "firm-specific" para as iniciativas internas das empresas.

A política de Formação Profissional é tipicamente uma política pública, seja devido às suas externalidades, seja pela natureza pública (ou semi-pública) de seu financiamento, o que implica numa gestão que leve em conta diretrizes governamentais e da qual devem participar também os trabalhadores.

As questões mais globais da formação profissional, como a gestão do sistema, o uso de fontes alternativas de financiamento (como o FAT, por exemplo) e sua estratégia de atuação, devem ser definidas em níveis mais altos de negociação. O instrumento ideal seria o "Contrato Coletivo Nacional de Trabalho". Já a operacionalização da política de Formação Profissional, por possuir também uma forte dimensão "vertical" ou "setorial", deve ser objeto de acordos firmados nos níveis mais setorializados e descentralizados da contratação coletiva.

Estas duas dimensões exigem que a Formação Profissional seja mantida com

recursos centralizados (não apropriados diretamente por quem paga) mas executada conforme as necessidades dos diversos setores ou ramos de atividade.

O sistema de formação profissional deve ter uma gestão tripartite, não por qualquer formalismo ou "barganha" mas, como uma consequência natural das novas formas participativas de organização do trabalho e porque representa um mecanismo eficaz de incorporação das questões essenciais das novas relações industriais no seu planejamento pedagógico

Qualificação e relações de trabalho

Os novos atributos de qualificação - participação, envolvimento, autonomia, polivalência - requerem relações de trabalho mais negociadas e menos conflitativas. A maior estabilidade no emprego emerge como uma das mais importantes consequências.

No atual processo de reestruturação as privatizações e as inovações tecnológicas implicam tanto na redução de postos de trabalho quanto em mudanças nos conteúdos ocupacionais. Isto faz da requalificação um importante objeto de negociação, já que pode contribuir para a reinserção no mercado daqueles que serão demitidos.

As empresas brasileiras ao se engajarem em programas de qualidade e de produtividade devem ter presente que a adoção de "pacotes organizacionais" implica, também, na superação das formas de relações de trabalho típicas do taylorismo-fordismo, principalmente no que tange aos rígidos controles gerenciais.

Os esquemas participativos, para terem sucesso, têm que motivar os trabalhadores, promovendo um ambiente favorável à negociação.

Os programas de treinamento deverão ser mais frequentes e deverão acenar para maior estabilidade e maiores perspectivas de crescimento profissional.

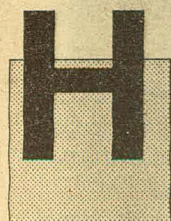
Em síntese, se não se entende que o maior poder de intervenção do trabalhador - a valorização da participação do "chão de fábrica" - implica em profundas alterações simultâneas na formação profissional e nas relações de trabalho, não se entende nada do que está acontecendo no mundo e no Brasil. E, tal como ocorreu na implantação do fordismo no Brasil, dito "capenga" por não incorporar a distribuição dos ganhos de produtividade, a resistência em considerar aquelas conexões pode conduzir a uma obsorção também "capenga" do Toyotismo.

* Prof. Instituto de Economia Industrial - UFRJ

** Profa. Universidade de Viçosa - MG

Produtividade e Emprego

Edward J. Amadeo*



Há no Brasil uma crença mais ou menos difundida de que o crescimento da produtividade do trabalho conspira contra a geração de empregos. Segue-se deste raciocínio que a política industrial deve se preocupar com a geração de empregos e não com o aumento da produtividade e competitividade.

Estas idéias são ingênuas. Basicamente não distinguem os dois efeitos do aumento de produtividade: 1) a queda do emprego dado o nível de produção e 2) o aumento do emprego se a economia se torna mais competitiva internacionalmente. Fora isto, o nível de emprego depende do nível de demanda agregada doméstica. Numa economia mais ou menos aberta, de nada adianta "fortalecer o mercado interno" - como tem se tornado chavão - se não há aumento da produtividade. Simplesmente por que o fortalecimento do mercado doméstico vai gerar empregos no exterior.

A política de geração de empregos deve ter duas vertentes. De um lado, o crescimento do mercado doméstico. Isto tem a ver com a política macroeconômica. De outro lado, exatamente ao contrário do que se imagina, a política de geração de empregos deve começar por políticas que aumentem a produtividade do trabalho. Isto significa que as políticas industrial e de mercado de trabalho devem se preocupar, única e exclusivamente, com a produtividade do trabalho.

Depois de um período de estagnação entre 1986 e 1989, o nível de produção industrial no Brasil caiu aproximadamente 15% entre 89 e 92. A o mesmo tempo em que caem a produção e o emprego na indústria, a produtividade do trabalho tem crescido sistematicamente desde 1991. A produtividade-hora (Produção/horas trabalhadas) na indústria brasileira cresceu 12% entre 1989 e 1992, e no primeiro semestre de 1993, cresceu 15% relativamente ao mesmo período de 1992. Confirmada esta tendência, ao final de 1993, o crescimento acumulado da produtividade-

hora do trabalho nos últimos quatro anos será de aproximadamente 30%. Crescimento extraordinário.

Será o crescimento da produtividade o responsável pelo desemprego?

É verdade que em quase todos os gêneros industriais observa-se, entre 1989 e 1992, queda no nível de emprego e crescimento da produtividade do trabalho. A correlação entre os dois entretanto pode ser espúria dado que, no mesmo período, houve queda acentuada no nível de demanda doméstica.

O Quadro anexo é ilustrativo para mostrar que não se pode atribuir ao crescimento da produtividade a redução do nível de emprego. Quando comparamos os setores em que o emprego caiu mais que a média (Coluna 1 do Quadro), notamos que há, de fato, coincidência em dois setores: metalurgia e material elétrico e de comunicação. Isto pode significar que, para serem competitivos estes setores têm que aumentar a produtividade e, dado o nível de demanda, têm que reduzir o nível de emprego.

Mas os setores de química e papel e papelão tiveram um crescimento da produtividade acima da média e não desempregaram mais que a média. No caso de papel & papelão, inclusive, a queda do emprego foi inferior à média. Caso contrário ao de papel & papelão é observado com o setor de vestuário, calçados e tecidos cujo nível de emprego caiu 36% e a produtividade cresceu ridículos devido à recessão no mercado doméstico. Entretanto, a recuperação do mercado doméstico só gerará empregos se a indústria for competitiva.

O fato de que não houve deterioração da balança comercial nos últimos anos é um indicador de que a abertura da economia não foi responsável, a não ser em setores isolados, pelo desemprego industrial. Neste sentido, o crescimento da produtividade pode ser visto como um fator importante na manutenção da competitividade da indústria manufatureira e na preservação dos empregos.

Comparando-se as experiências setoriais, não se pode afirmar que o

crescimento da produtividade está inexoravelmente associado à redução do nível de emprego. Há setores - como papel & papelão - em que a produtividade cresceu acima da média e o emprego caiu menos que a média. Este é um setor em que, provavelmente, o crescimento da produtividade contribuiu para mitigar a queda do emprego.

Pode-se sempre discutir a opção entre integrar-se ou não à economia internacional. Fechar-se à concorrência internacional pode significar manutenção dos níveis de emprego industrial doméstico por alguns anos. Porém há um risco nesta estratégia. Com a velocidade com que se desenvolvem novos produtos e técnicas, a ausência de comércio e investimentos diretos implica um retardo da produtividade e diversidade de produtos vis-à-vis o resto do mundo. No longo prazo, tal retardo gera perda de bem-estar da sociedade e desemprego e, no limite, absoluta inépcia com-

petitiva, como o que a única saída é fechar-se totalmente. Rumo à Albânia.

Uma nota final sobre o aumento da produtividade. Parte do aumento que aparece nos dados refere-se, de fato, a um efeito estatístico devido à transferência de trabalhadores do setor industrial para o setor terciário. Portanto, parte da redução do emprego industrial se deve à terciarização de algumas atividades. Isto significa que o foco das preocupações sobre geração de empregos e competitividade no Brasil deve estar voltado para o setor terciário. Trata-se de um setor dominado por pequenas empresas, com o acesso limitado a crédito e informações, e pouca tradição no que se refere a investimentos de longo prazo e estratégicos.

* Professor, Depto. de Economia, PUC-RJ; PhD em Harvard, autor de Keynes's Principle of Effective Demand (1989) e Keynes's Third Alternative? (1991), Edward Elgar Publisher, Inglaterra.

CRESCIMENTO DO EMPREGO E DA PRODUTIVIDADE (Variação Percentual, 1989-92)

	Acima da média	Abaixo da média
Queda do Emprego	Vestuário, calçados e tecidos (36%) Material elétrico e de comunicação (35%) Metalurgia (26%)	Farmacêutica (menos de 1%) Fumo (4%) Produtos alimentares (10%) Papel & papelão (12%)
Crescimento da Produtividade	Química (22%) Metalurgia (19%) Papel e papelão (17%) Material elétrico e de comunicação (16%)	Farmacêutica (-16%) Mecânica (-10%) Bebidas (-7%) Minerais não metálicos (-1%) Fumo (0%) Vestuário, calçados e tecidos (2%) Produtos plásticos (5%) Material de transportes (8%)

Fonte: IBGE

Elaboração: Boletim Economia, Capital & Trabalho

Geração de empregos: os riscos de uma nova dualização

Carlos Alberto Ramos*

Rumo a um desenvolvimento sem emprego?

No transcurso do ano passado, começaram a ganhar popularidade os diagnósticos que estabelecem um paralelo entre a experiência Europeia dos anos 80 (crescimento sem emprego) e o novo sendeiro de crescimento que se insinua no Brasil. Os ganhos de produtividade, oriundos das novas tecnologias, tornariam o crescimento pouco fértil em termos da geração de novos postos de trabalho.

Essa popularidade nutre-se dos dados referentes ao ano de 1993. Uma elevação do PIB, cerca de 5%, viabilizou a geração de apenas 154 mil novos empregos formais (+0.70%)¹. No caso da Indústria de Transformação, carro chefe do atual aquecimento, essa incapacidade em oferecer novas oportunidades de trabalho seria mais ilustrativa: a elevação do emprego formal, sempre durante 1993, foi de escassos 0.78%.

A partir da análise do ocorrido durante 1993, é possível concluir que o Brasil está no lumiar de um ciclo de crescimento sem emprego? É difícil responder com um mínimo de segurança a essa questão. Diversos elementos levam a supor que o contexto no qual se verificou o crescimento inibem um rápido crescimento na oferta de empregos:

a) O aquecimento de 1993 não pode ser identificado à retomada de um processo de desenvolvimento auto-sustentado. A persistência de uma crise estrutural, e a incerteza que lhe é associada, somada a existência de custos fixos da mão-de-obra, geram, nas firmas, atitudes extremamente cautelosas no que se refere às novas contratações;

b) Essa falta de previsibilidade mais a existência de custos fixos ligados às relações formais, induzem, na medida do possível, que as contratações se realizem nos espaços informais. Os dados da pesquisa SEADE/DIEESE para a Grande São Paulo, por exemplo, assinalam que, apesar do crescimento, o emprego informal elevou-se durante 1993 (7.68% no caso dos assalariados sem Carteira de Trabalho assinada e 3.91% nos autônomos). Ou seja, os dados referentes ao segmento informal estariam subestimando a capacidade de criação de empregos da atual fase expansiva.

c) O crescimento que se observa desde o último trimestre de 1992 está extremamente concentrado na produção de Bens de Consumo Duráveis. Segundo os dados do IBGE, comparando-se a produção física entre janeiro de 1994 e o mesmo mês do ano anterior, os Bens de Consumo Duráveis registraram um crescimento de 48.77%, enquanto no segmento de Bens de Consumo Não-Duráveis esse percentual foi negativo (-3.4%). É de esperar-se que o segmento produtor de Bens de Consumo Duráveis seja mais intensivo em capital que os ramos legados à produção de Bens de Consumo Não-Duráveis.

Geração de emprego: da dimensão macro às políticas micro

Porém, não obstante à falta de clareza sobre as reais potencialidades da economia brasileira na criação de empregos no curto prazo, não seria ousado afirmar que no médio e longo prazo, qualquer que seja o modelo de desenvolvimento que venha a ser adotado, a oferta de novos postos de trabalho no setor formal será, sem dúvida, menos pródiga se a comparação for o modelo dos anos 50-70. Nessas circunstâncias a pergunta é: quais são as margens de manobra do poder político para maximizar as oportunidades de emprego?

Até começos dos anos 80, o pensamento econômico dominante, inspirado na Revolução Keynesiana, nos dizia que as autoridades econômicas atuavam sobre o nível de emprego através de instrumentos macroeconômicos (taxa de juros, política fiscal, etc.). O desemprego (ou a geração de empregos) não era explicada a partir de variáveis próprias do Mercado de Trabalho. Contrariamente, o pensamento dominante a partir dos anos 80 desqualifica qualquer política econômica ativista e volta a centrar as políticas de emprego no Mercado de Trabalho. À margem dessas recomendações ou modelos, o certo é que a crescente internacionalização das economias restou grande parte da capacidade de realizar, de forma isolada em cada Estado-Nação, políticas de reativação². Desta forma, mais por falta de alternativas que por meras justificativas teóricas, a política dos governos começa a restringir-se, paulatinamente, a políti-

cas voltadas, exclusivamente, para o Mercado de Trabalho: formação e intermediação na maioria dos países Europeus e "flexibilização concorrencial" nos EUA e na Inglaterra.

Em todo caso, a velha relação entre crescimento e capacidade de geração de empregos se mantém. Porém, o crescimento econômico deixa de ser regulado, exclusivamente, a partir de variáveis macro e, em uma economia globalizada, passa a depender do desempenho nos mercados mundiais. Se o Brasil não pode ou não quer escapar a essas tendências e a abertura é inevitável, o futuro estará marcado por uma redução da capacidade de regulação nacional e a performance local dependerá da concorrência no exterior. Nessas circunstâncias, os graus de liberdade são extremamente reduzidos. Nos setores expostos à concorrência internacional, o critério deverá ser a competitividade e não o emprego. Procurar ser rico em empregos nos setores expostos à concorrência pode implicar em perder mercados no exterior e, via redução do crescimento, comprometer as metas de emprego que se procuram atingir.

Dadas essas restrições, duas outras alternativas são factíveis: os gastos do governo e o apoio aos Programas de Geração de Emprego e Renda (PGER's).

No caso do orçamento público, o critério emprego pode ser um dos parâmetros na priorização dos gastos sem comprometer a competitividade externa requerida pela globalização. Por outra parte do novo paradigma, os recursos destinados a esses fins (habitação, saneamento, reforma agrária, etc.) são extremamente ricos na geração de empregos.

Com respeito aos PGER's, que curiosamente são apoiados pelas ONG's e diversos organismos financeiros internacionais, os mesmos podem constituir uma alternativa extremamente barata e capazes de dar respostas a nível local ao problema do desemprego. Como a produção (oferta) dos PGER's, na absoluta maioria das vezes, não concorre com a oferta internacional, o critério emprego pode ser privilegiado na avaliação desses projetos.

Os riscos de uma dualização via emprego

Cabe, no entanto, chamar a atenção sobre a dualização social que uma tal estratégia pode gerar. Em efeito, os setores expostos à concorrência mundial gerariam poucos mas "bons" empregos. Esses empregos de qualidade combinariam elevada produtividade, elevados salários (diretos e indiretos), uma certa estabilidade no emprego, identificação do assalariado com o processo de trabalho, etc. No outro extremo, os empregos gerados nos PGER's surgem a partir de uma oferta destinada às próprias comunidades locais. Produtos de baixa qualidade, empregos de baixa produtividade, baixos salários, ausências de proteção social, etc., poderiam ser as características desses segmentos. Em outros termos: a exclusão via desemprego foi substituída pela dualização via qualidade no emprego.

Minimizar essa tendência centrífuga implica conseguir uma integração entre ambos espaços. Os ganhos de produtividade conseguidos nos setores expostos à concorrência internacional devem ser "socializados", objetivo que pode ser conseguido via sistema tributário e direcionamento dos gastos públicos mas também através das características da produção gerada nos PGER's. Estes devem reunir uma qualidade mínima que permita (ou induza) um consumo nos setores de elevada produtividade. Atualmente, essa interação através do mercado de produto não se realiza. Os PGER's geram uma oferta de baixa qualidade que é consumida pelas próprias comunidades locais. Desta forma, a criação de empregos paralelamente à minimização da dualização requer não unicamente o apoio financeiro ao projeto, mas também a formação profissional, técnica e financeira para elevar a qualidade dos produtos oferecidos pelas comunidades.

* Depto. de Economia, Universidade de Brasília.

¹ Fonte: Lei 4.923, Ministério do Trabalho.

² Para ser mais preciso, essa capacidade ficou restrita a três Estados Nacionais: Japão, EUA e Alemanha.

**PONTIFÍCIA
UNIVERSIDADE CATÓLICA
DO RIO DE JANEIRO**

Título: Comércio Brasil-Argentina: Análise e Projeções.

Autor: Márcia Saraiva Leon

Resumo: Nesta dissertação, estima-se o modelo econométrico desenvolvido para as equações de comércio de mercadorias entre o Brasil e a Argentina. Especial atenção é dada à questão de estacionaridade das séries. Realiza-se o teste de raiz unitária, empregando o teste de Dickey e Fuller e o procedimento de Johansen, e aplica-se o modelo de correção de erros aos dados, que abrangem o período 1964-1992. O resultado das estimações, projetam-se os saldos da balança comercial do Brasil com a Argentina para o período 1993-1995.

Título: Avaliação do Acordo Internacional do Café (AIC) - 1962-1991.

Autor: Mérida Alberta Herasme Medina

Resumo: O propósito desta dissertação é descrever e avaliar os termos do Acordo Internacional do Café (AIC) assim como desenvolver uma análise crítica do desempenho alcançado ao longo dos 30 anos de sua existência, em função dos objetivos propostos na sua concepção, a saber, ser um meio de transferência de recursos para os países produtores, equilibrar e estabilizar o mercado cafeeiro.

Título: A Controvérsia sobre a Origem dos Superávits Comerciais Brasileiros dos Anos 80.

Autor: Guilherme Bacha de Almeida.

Resumo: A dissertação trata do debate travado por diversos economistas brasileiros a respeito da origem e a natureza dos superávits comerciais dos anos 80, apresentando resultados de indicadores de competitividade do tipo desempenho para 22 setores e 6 complexos da indústria brasileira no período 1974-1991.

**UNIVERSIDADE FEDERAL
DO RIO DE JANEIRO**

Título: Valor, Utilidade e Preços: uma Dissertação Crítica Sobre os "Dissidentes" Senior, Lloyd e Longfield.

Autor: Guilherme Baptista da Silva Maia.

Resumo: O ponto de referência para a discussão é o significado e o papel do conceito de utilidade na teoria do valor clássica e marginalista, pois é usual-

mente a partir da redefinição deste papel que se identifica uma "ruptura" na evolução da teoria do valor. Esta discussão é realizada no capítulo 2, a partir das obras dos principais autores clássicos (Smith, Ricardo e Maltus), e dos primeiros marginalistas ingleses, isto é, Jevons e Marshall. Utiliza-se também a literatura secundária que trata do tema.

Título: O Mecanismo de Mercado Concorrencial na Teoria Neoclássica.

Autor: Renata Pimentel Lins.

Resumo: A partir de exposição realizada tem como objetivo mostrar que o conceito de mecanismo de mercado, que estava no centro da análise econômica clássica, sofreu, a partir da chamada "revolução marginalista", uma transformação que acarretou sua progressiva perda de relevância, sem no entanto deixar de estar presente no centro da análise teórica. Num segundo momento, entretanto, as dificuldades encontradas pela teoria marginalista acabaram levando ao seu abandono e à ascensão da teoria axiomática de equilíbrio geral.

Título: "Competitividade da Indústria Uruguaia de Tintas, Vernices e Lacas no Mercado Brasileiro - Período 1980-1990".

Autor: Carlos Juan Miguez Tafernaberry.

Resumo: No trabalho se faz uma revisão dos enfoques teóricos da competitividade industrial, para logo definir o conceito e seus fatores determinantes, baseado em uma visão globalizante que pega na conta os aportes das Teorias Clássicas e Neoclássicas de comércio, as Novas Teorias de Comércio e a Nova Economia Industrial.

Título: "Competitividade e o Papel da Empresa na Educação (o Caso da CVRD)".

Autor: Ana Lucia Vahia de Abreu.

Resumo: Esta dissertação se propõe a analisar o papel da Empresa na educação, e mais especificamente na educação básica, a partir do reconhecimento de sua importância na competitividade. Como estudo de caso, a Companhia Vale do Rio Doce (CVRD) foi selecionada por mostrar que, mesmo não priorizando a questão educacional e operando numa indústria que não utiliza tecnologias inovadoras, o nível educacional dos funcionários é importante na busca pela competitividade.

**FUNDAÇÃO
GETÚLIO VARGAS**

Título: Análise Econômico-Financeira do Setor de Papel e Celulose 1983-89: Comparação do Desempenho das Empresas com a Rentabilidade de suas Ações em Bolsa.

Autor: Eliane Penha da Silva.

Resumo: O trabalho se propôs verificar quais as variáveis econômico-financeiras que teriam maior influência sobre a formação do preço das ações das principais empresas do setor com negociações em bolsa no período 83-89 a saber: Aracruz, Klabin, Ripasa, Papel Simão e Suzano. Foi também tentado a hipótese de eficiência informacional fraca para estas ações. Foram acompanhadas as variáveis consideradas principais para medir o desempenho de uma empresa (lucro líquido, lucratividade do patrimônio líquido, endividamento etc). Comparou-se a evolução destas variáveis com a evolução do valor de mercado das empresas, buscando ajustar, pelo méto-

do dos mínimos quadrados ordinários, uma equação que melhor expressasse esta relação.

Título: Mercado de Seguro e Inflação: o Caso Brasileiro.

Autor: Alexandre Barros da Cunha.

Resumo: O estudo aborda os efeitos da inflação sobre o mercado de seguros brasileiro no período de 71/86. Teoricamente, foi observado que a inflação não exerceria qualquer influência real no mercado segurador. Possuindo a trajetória dos preços um componente estocástico, verificou-se que o coeficiente de variação da inflação contraria demanda e oferta de seguros, exercendo efeitos indeterminados sobre os prêmios. Empiricamente, não se obtiveram evidências da elasticidade dos prêmios em relação ao PIB ser significativamente superior à unidade, assim como não se confirmou a possibilidade da crônica inflação enfrentada pela economia nacional ser um dos determinantes do fluxo real de prêmios no período estudado.

50 anos de Bretton Woods e o Brasil

O sistema de Bretton Woods que regulou as transações econômicas internacionais completa 50 anos em 1º de julho/94. Na conferência de Bretton Woods foram negociados e estabelecidos os fundamentos básicos do sistema econômico mundial a partir do final da II Grande Guerra, principalmente nas esferas monetária e financeira. Mesmo o sistema mundial de comércio estabelecido nas últimas décadas tem vínculos fortes com as negociações de Bretton Woods.

As relações econômicas internacionais, tanto dos países desenvolvidos, como dos países em desenvolvimento - inclusive o Brasil - têm sido determinadas ou influenciadas pelos princípios, normas, acordos, procedimentos e organizações multilaterais definidos em Bretton Woods.

Com patrocínio do IERJ, CORECON, SINDECON e PACS (Instituto de Políticas Alternativas para o Cone Sul), o evento "50 anos de Bretton Woods e o Brasil" procura recolher subsídios para um expressivo conjunto de atores que podem influenciar na formulação e definição de uma estratégia de inserção internacional e de uma nova política externa para o Brasil, considerando transformações globais neste período.

O evento ocorrerá em meados de junho/94 e no próximo número do Boletim serão divulgados o Programa Temático, com os respectivos palestrantes, bem como dia, local e hora de sua realização.

**I N F O R M E
CORECON**

IMPRESSO

Entregue aos Correios até 10.05.94

PORTE PAGO
DR/RJ
ISR 52.2246/86

